

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Coetane Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Tácito Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

Essas "elites" que não sabem o que estão fazendo

Até hoje não se ouviam, neste país, opiniões divergentes sobre o caráter — ou a filosofia — do texto aprovado pela Assembléia Nacional Constituinte sobre o direito de greve. Tem havido, apenas, opiniões diferentes sobre os efeitos que poderá ter sobre a evolução política da sociedade brasileira o direito amplo, total e absolutamente irrestrito que terão as lideranças sindicais brasileiras, a partir da promulgação da nova Constituição, de fazer greves, seja por que motivo for.

O sociólogo Aloysio de Azevedo, professor da USP e consultor dos sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricistas de São Paulo, por exemplo, está entre os otimistas. Em entrevista, concedida ao jornalista José Nêumanne Pinto, publicada ontem no Estado de S. Paulo, ele reconhece que "se o texto aprovado em plenário em primeiro turno vigorar após o segundo turno os sindicatos operários terão um poder desconhecido em qualquer país do mundo" (grifo nosso). Até aí, portanto, ele não quebra a unanimidade a que nos referíamos na abertura deste editorial. As opiniões começam a variar a partir dessa constatação unânime. O professor Aloysio, como dissemos, é um otimista rousseauiano (de Jean Jacques Rousseau). Embora nessa mesma entrevista ele denuncie a corrupção (e, de quebra, a violência) que já grassa no meio sindical, citando um caso que demonstra que "enquanto o sindicalismo ideológico tem o lado pesado, violento, do PCBR, o sindicalismo de negócios tem seu lado marginal, mafioso... e esse tipo de sindicalismo manda num sindicato forte, o dos Metalúrgicos de Santo André, controlado por um líder sagaz, de grande vocação política que é um marginal, com passagens pela polícia" (grifos nossos), ele não vê nenhum perigo no fato de o texto constitucional, que certamente não será alterado daqui para a frente, "dar aos sindicatos um poder que nenhum outro país do mundo conhece". Para ele que, como dizíamos, é um discípulo de Rousseau naquilo que se refere à crença na pureza da natureza humana, a massa trabalhadora jamais será afetada nem pela violência do sindicalismo ideológico nem pela podridão do sindicalismo de negócios. E não será porque, ao contrário do que diz seu colega de universidade, professor Leôncio Martins Rodrigues, que está convencido de que o texto constitucional vai provocar a exacerbação dos conflitos trabalhistas, "a experiência no sindicalismo mostra que o que exacerba o conflito trabalhista não é a liberdade, mas a limitação legal". Segundo o professor Aloysio, a greve selvagem, cuja exacerbação o professor Leôncio prevê, é fenômeno tipicamente argentino. Aqui só temos o que ele chama de greve burra, "como aquela de São Bernardo que durou 41 dias, e outra também em São Bernardo reivindicando 40 horas semanais de trabalho" nas quais — na primeira — "as lideranças sindicais tentaram implantar o socialismo no Brasil com uma só greve, feita por um só sindicato" e — na segunda — "as mesmas lideranças tentaram contestar a economia de mercado..."

Em outras palavras, com dois exemplos de greves em que lideranças sindicais tentaram subverter, numa ordem política e, noutra, a ordem econômica, ele procura provar que o professor Leôncio está dizendo bobagem ao prever que, tendo agido dessa forma sob uma legislação que limitava o direito de greve, as lideranças desse tipo agirão muito mais assim quando não tiverem qualquer obstáculo de ordem legal.

As opiniões do professor Leôncio Martins Rodrigues que o professor Aloysio contesta foram expostas num artigo publicado no Jornal da Tarde, no dia 14 do último mês de março, e repetidas durante uma mesa-redonda promovida pelos jornais O Estado de S. Paulo e O Globo. (Os debates dessa mesa-redonda foram publicados nas edições do último domingo dos dois jornais.)

Nesse debate também houve a unanimidade a que nos referimos na abertura deste editorial. Todos os participantes concordaram com a opinião do professor Leôncio de que a nova Constituição abrirá caminho para o uso indiscriminado do direito de greve, inclusive como arma para a conquista do poder político. Mas quanto ao perigo que isso representa para o processo de redemocratização do País, apenas o deputado Afif Domingos está de acordo. Os outros três participantes da mesa-redonda, Luís Gushiken (PT), Roberto Freire (PCB) e Fernando Henrique Cardoso (PMDB), por razões político-ideológicas ou aprovam irrestritamente o texto constitucional ou não ousam analisar a questão mais profundamente.

O líder petista, por exemplo, acha que "a Constituição, tal como foi redigida, levará inevitavelmente à greve selvagem". Só que o problema, para ele, está relacionado com a estrutura sindical, onde as bases estão desligadas das cúpulas e os movimentos espontâneos dos trabalhadores poderão desandar em selvageria por falta de comando.

A tese do professor é que "a greve deixou de ser o resultado do malogro de negociações e passou a ser um direito irrestrito, graças a um sistema contraditório em sua essência, pois é corporativo na medida em que o Estado continua financiando as estruturas sindicais e fedrativas pelo imposto sindical, mas é, do lado

oposto, liberal, pois não permite nenhum controle do Estado sobre a atividade sindical. Não vejo, no texto aprovado, nenhum dispositivo que reduza ou controle a taxa de conflito. Assim, não há maneira de se atenuar o conflito trabalhista, a não ser se o Estado resolver passar por cima da Constituição".

Para o deputado Afif Domingos, o mais grave é que quem quiser fazer política no Brasil a partir da futura Carta Magna terá de entrar nos sindicatos e não nos partidos. "Denuncie que esse tipo de redação da Constituição é uma tentativa de tomada do poder sem passar pelo processo do voto, pelo processo eleitoral."

Como não poderia deixar de ser, esse arranjo totalitário é reconhecido e aplaudido pelo representante do Partido Comunista Brasileiro, deputado Roberto Freire. "Percebi uma certa preocupação do professor Leôncio com a instabilidade que a liberdade sindical vai trazer ao regime político, mas isto é bom, é positivo (grifo nosso)" — confessa ele, sem se preocupar em disfarçar sua satisfação. Afinal, tomar o poder sem passar pelo processo do voto sempre foi o objetivo dos comunistas, que jamais, em parte alguma do mundo, conseguiram chegar ao poder pela via eleitoral.

O deputado pernambucano, num outro rasgo de sinceridade, confirma o que todas as forças democráticas do País já vinham denunciando há tempos: "A Constituição que está sendo redigida" — diz ele — "é democrática e resulta de um trabalho competente das esquerdas, que conquistaram, na prática do trabalho legislativo, um espaço perdido antes nas eleições, (de novembro de 1986) para as posições reacionárias e conservadoras". (Grifos nossos.) A tradução deste primor de eufemismo: por meio de um golpe liderado pelo senador Mário Covas, os totalitários, que são minoritários na Constituinte, estão conseguindo falsear a tendência majoritariamente liberal expressa nas urnas pelo povo brasileiro que vai sendo forçado a engolir uma Constituição reacionária, de um nacionalismo retrógrado e que cria as condições para a tomada do poder pelos totalitários.

Já as posições do senador Fernando Henrique Cardoso são mais ambíguas. Como sociólogo e professor universitário de reconhecido saber, ele não tem condições de contestar abertamente as opiniões de seu colega de lides acadêmicas. Mas como político, portanto como homem com compromissos partidários e que disputa votos, o senador paulista não se sente em condições de condenar os absurdos contidos no texto constitucional aprovado até aqui para não se queimar politicamente com os autointitulados "progressistas" e com as lideranças sindicais. Por isso, no debate, ele tergiversa, se contradiz e desloca sua análise do campo do real para o que os ingleses chamam de wishful thinking, mais ou menos na linha do professor Aloysio. O senador nega, por exemplo, o risco da tomada do poder pela via sindical, mas diz acreditar "que ninguém pensa seriamente" numa coisa dessas (com exceção, naturalmente, do deputado Roberto Freire que estava ali a seu lado). O senador admite que o risco existe, só que ele espera que as lideranças sindicais brasileiras sejam boazinhas e não se utilizem desta arma. Quanto às greves selvagens, o senador também é otimista: ele concorda que o texto constitucional franqueia o campo para que elas surjam, mas "acredita" que elas não irão surgir, como surgiam até agora, a despeito da proibição constitucional...

O mais condenável no comportamento do sr. Fernando Henrique Cardoso a respeito da parte da Constituição que foi aprovada até agora é que, embora confesse que não "morre de amores" por esse texto, ele não atua abertamente para corrigi-lo. Pelo seu nível intelectual, o senador paulista tinha, mais do que qualquer outro, o dever de ensinar àqueles que seguem a sua liderança como se constrói verdadeiramente uma democracia. Desde que o presidente Tancredo Neves foi eleito, temos dito que a principal missão que ele e todos os políticos sérios deste país teriam, na fase de transição para a democracia em que o País entrava e ainda vive até hoje, seria a de educar o povo e os políticos menos experientes para a prática da democracia que desconhecem. E é desta missão didática que o professor Fernando Henrique Cardoso está fugindo, ao aceitar um texto pelo qual não "morre de amores" só para não contrariar seu grupo político e parte de seus eleitores.

Podemos aceitar o cômico otimismo do professor Aloysio sobre o uso que a massa trabalhadora fará de "um poder desconhecido em qualquer país do mundo"; entendemos a visão distorcida do sr. Gushiken e a euforia do sr. Freire diante dessas graves ameaças apontadas pelo professor Leôncio Martins Rodrigues no capítulo dos direitos sociais da futura Constituição. Mas a omissão do sr. Fernando Henrique Cardoso nos obriga a concordar com o professor Aloysio — ou a melhor, com o ex-chanceler Santiago Dantas citado por ele: "O problema do Brasil é a má qualidade das elites. O povo é ótimo".

Mas há um problema mais grave: é que cabe às "elites", e não ao povo, elaborar as bases institucionais do regime democrático.